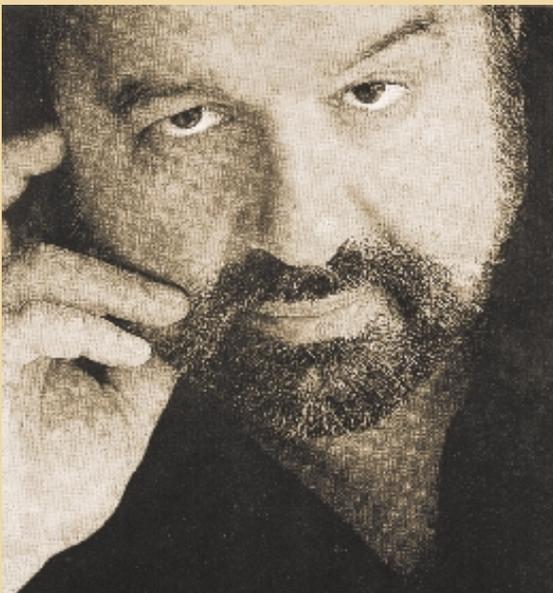


Hernando de Soto

O MISTÉRIO DO CAPITAL

ROBERTO FENDT

Hernando de Soto é o pioneiro dos estudos da economia informal na América Latina. Em seu primeiro livro, *El Otro Sendero*, cujo título alude ao movimento guerrilheiro Sedero Luminoso, ele mostrou como é possível para os pobres da América Latina encontrar uma alternativa para a prosperidade pelo caminho da integração da economia subterrânea à economia formal. Agora, com seu novo livro *O Mistério do Capital*, a ambição é maior: mostrar por que e como o capitalismo dá certo nos países hoje desenvolvidos e fracassa nos demais.



Conjuntura Econômica — O seu novo livro, *O Mistério do Capital*, enfatiza muito a legalização da propriedade como pré-condição para o desenvolvimento econômico deslanchar nos países pobres. O que explica essa ênfase?

Hernando de Soto — Nossa descoberta foi de que em meu país, como nos demais países do Terceiro Mundo e nas nações que abandonaram o comunismo, a maioria das pessoas continuou sentindo-se excluída do desenvolvimento. Os programas macroeconômicos de estabilidade monetária e fiscal, implementados com rigor, e os programas de

privatização, embora necessários, não foram suficientes. Hoje, mesmo os economistas mais liberais admitem que não têm todas as soluções. E as pessoas continuam marchando nas ruas. Não estou tão preocupado com Gênova, como estou preocupado com Jacarta, já que os movimentos no Terceiro Mundo são muito mais específicos. E, ao buscar uma solução, descobrimos que a propriedade é muito mais que a simples posse, e que, uma vez que ela se consolida como instituição, criam-se as condições para o surgimento do mercado.

E quais as características da propriedade como instituição e sua relação com o mercado?

Se você examinar o funcionamento do mercado de dois mil anos atrás, na época de Cristo, verificará que as pessoas levavam ao mercado somente mercadorias, como porcos, vacas e cabras. Mas se você examinar hoje o funcionamento da Bolsa de Valores de São Paulo, de Wall Street ou da Bolsa de Mercadorias de Chicago, ou ainda da Bolsa de Metais de Londres, verá que ninguém negocia bens físicos. O que se negocia são títulos de propriedade sob

a forma de ações, debêntures, conhecimentos de embarque etc. Isto é, uma variedade de papéis que representam a propriedade sobre coisas, bens físicos ou idéias. Esses títulos não se limitam a dizer a quem esses bens pertencem; eles também informam todas as características da propriedade, inclusive aspectos que não são facilmente visíveis: por exemplo, sob que condições pode ser usada, liquidada ou alugada; sob que condições pode ser negociada, hipotecada e vendida a termo; se pode ser dada em garantia; enfim, tudo que condiciona a vida de um ativo, seja ele uma idéia ou um bem físico. No mercado, todas essas características não são encontradas no ativo, mas no título de propriedade. Se não se tem a titulação da propriedade, não se dispõe da *representação* da propriedade com a qual se entra no mercado. Porque um título de propriedade é muito mais específico a respeito das dimensões comerciais e econômicas de um ativo que o próprio ativo.

E o que isso tem a ver com os nossos países?

Quando você começa a contar quantas casas existem nas favelas e nos loteamentos clandestinos dos países do Terceiro Mundo, quantas máquinas estão em operação em empresas informais, ou quantos vendedores estão nas calçadas, você começa a perceber que as pessoas,

em sua maioria – da Rússia ao Peru, passando pelas Filipinas –, são proprietárias de bens, alugam bens, tomam empréstimos, tudo isso sem titulação da propriedade. Do que resulta um mercado extremamente ineficiente. Para o bom funcionamento do mercado, melhorar os direitos de propriedade existentes é o ingrediente-chave que está faltando hoje.

Pode-se então concluir que o menor desenvolvimento de nossos países se deve à falta de mobilização do capital?

Sem dúvida. E isso ocorre por duas razões, já observadas tanto por Adam Smith como por Karl Marx. Em primeiro lugar, ambos observaram que a nova economia que começava em seu tempo – a Revolução Industrial – tinha como novidade a divisão do trabalho. Desta decorria a especialização, que por sua vez criou enormes ganhos de produtividade. Esses ganhos de produtividade é que produziram o desenvolvimento. Para que possamos deslanchar o desenvolvimento, precisamos ser capazes de trocar o produto da especialidade de cada um a um custo baixo no mercado. Quando transacionamos títulos de propriedade, fica muito claro o que se está vendendo e o que se está comprando. O mesmo não ocorre quando transacionamos algo físico; os custos de transação sem títulos de propriedade são ridiculamente altos. Isso explica por que, sem a apropriada titulação da propriedade, os mercados não funcionam. A segunda razão é que, tanto para Adam Smith como para Marx, a chave de tudo é o capital.

Por que o capital?

Recorde-se que a palavra capital vem do latim medieval *capita*, que significa cabeça. O capital é a parte mais importante do corpo, sem a qual nada mais funciona. Lembremos outros usos da palavra: a capital de um país, a pena capital. Contudo, para Adam Smith e Marx, capital não se confundia com o dinheiro, uma coisa completamente diferente. Dinheiro é algo que permite quantificar valor, não se confunde com o capital. A prova disso é que, como nós latino-americanos sabemos muito bem,

pode-se imprimir muito dinheiro, mas não produzir capital.

Como você caracteriza o capital?

O capital é um valor em que você pode confiar, que dá início, nas palavras de Marx, a outras coisas. Ou, como dizem os economistas, são mercadorias que produzem outras mercadorias. Ora, quando encontramos alguém que acumulou o suficiente para abrir uma empresa, em que essa acumulação se dá? Em títulos de propriedade. Se você tem uma floresta no Oregon, você pode usar o valor da floresta para comprar uma fábrica de salsichas em Chicago, mas você não usa a madeira do Oregon para comprar salsichas. Você usa o título de propriedade. Ao investir em uma nova empresa, você não vende a sua casa e aplica na empresa, mas hipoteca a casa e usa os recursos para investir. O capital é transportável em títulos. Vive no título e viaja no título de propriedade. Portanto, sem titulação, não há capital dentro de um sistema que interconecta toda a economia.

Por que em algumas sociedades os direitos de propriedade não são bem definidos? Há alguma razão para que os direitos de propriedade sejam mais bem definidos em alguns países que em outros?

Por várias razões. Primeiro, a idéia de propriedade generalizada e popular é recente. O que havia antes era a propriedade de poucos, uma propriedade política. A idéia de propriedade generalizada, que possibilita uma enorme divisão do trabalho e assim aumenta a produtividade, é uma idéia muito nova. Os Estados Unidos somente começaram a formar o sistema de direitos de propriedade que têm hoje por volta de 1850. Antes disso, havia um sistema em Boston e Nova Iorque, mas não no restante do país. O estado americano mais rico hoje, a Califórnia, criou um sistema de direitos de propriedade bem depois de 1850. O que havia antes eram invasões e favelas. Se você assistir a um bom filme de Clint Eastwood o que você vê são favelas. Portanto, a propriedade generalizada é algo novo, restrita,

primeiro, aos países do Ocidente, Europa e América do Norte, e, posteriormente, ao Japão e aos quatro Tigres Asiáticos.

E como isso aconteceu?

O que ocorreu no Ocidente foi uma tremenda revolução jurídica. No caso dos países anglo-saxões, resultou de uma lenta evolução do direito consuetudinário (*Common Law*), através da gradual legalização dos costumes – um processo que ocorreu naturalmente. No caso dos países que seguiam o Direito Romano – Alemanha, Suíça, França – decorreu de uma revolução na lei. Porque tradicionalmente o Direito Romano consolidava o patrimônio do *pater familias* em grandes propriedades com um só herdeiro (*primogenitura*). Essa revolução, que pôs o direito de cabeça para baixo, ocorreu na França com a Revolução Francesa e sob Napoleão; na Inglaterra, no começo de seu império industrial; na Alemanha, quando no século 19 Stein e Hardenberg prepararam o cenário para os direitos de propriedade universais; e na Suíça, quando Eugen Huber, no início do século 20, passou a integrar todos os sistemas de direitos de propriedade espalhados pelo país. Os japoneses não tinham propriedade universal até 1945, quando foi criado um sistema de direitos de propriedade que englobou a todos. Esse é um assunto pouco estudado. Os historiadores tendem a se concentrar nos aspectos mais românticos da história – Napoleão e Josefina, os prussianos se organizando e descobrindo como criar o Império Alemão. Mas eles se esquecem que tudo isso só se tornou possível com a criação de um sistema de direitos de propriedade. Foi uma revolução secreta, que O Mistério do Capital procura elucidar.

Entendendo a propriedade, entende-se melhor a soberania nacional?

Sem dúvida. À medida que você começa a entender a propriedade você também começa a entender como os mercados funcionam nos países em que a propriedade é titulada e seus direitos bem definidos. Você não só começa a entender por que é possível transportar valor em

um pedaço de plástico, mas também por que alguns países aceitam a privatização e outros não. Quando a propriedade é generalizada, se aprende a distingui-la da soberania nacional. Se alguém afirma que vai privatizar a Petrobras, respondo: muito bem, é minha propriedade, e daí? A questão então não é privatizar, mas como privatizar direito e dentro da lei. Quando não se tem direitos de propriedade claros, como em uma favela, você confunde propriedade com soberania nacional, de forma que quando alguém diz que vai privatizar a Petrobras é como se estivesse vendendo o país e o vendedor fosse um traidor. Não funciona.

Por quê?

Quando se começa a pensar nisso observamos que muitas coisas não funcionam em nossos países por falta da propriedade entendida como um consenso, ou, melhor, como a formalização de um consenso. Enquanto o consenso aplicar-se somente a 20% ou 30% da população, as pessoas continuarão confundindo privatização com ataque à soberania.

Qual o seu conceito de privatização?

Por que a privatização adiciona valor?

Basicamente a privatização significa definir apropriadamente a propriedade para as empresas estatais. Muitas delas não têm direitos de propriedade definidos porque não precisam. Antes da privatização, a companhia telefônica do Peru valia US\$ 53 milhões na Bolsa de Valores de Lima. Ninguém queria comprá-la. Três anos depois de privatizada ela foi vendida por US\$ 2 bilhões para a Telefonica da Espanha. O que aconteceu? Os direitos de propriedade foram apropriadamente definidos, resultando um aumento de valor de 37 vezes. Sequer se pintou a companhia, os fios não foram trocados, não se trocaram as janelas, vendeu-se apenas um bom título de propriedade. O que ocorreu foi que tornou-se possível inserir a companhia telefônica em um mercado maior, com maior liquidez para seus ativos. É isso que a propriedade faz. O que precisamos aprender agora é como legalizar a propriedade dos pobres.

É possível fazer isso em um ambiente democrático?

Sem dúvida, já que foram os países democráticos que iniciaram a revolução da propriedade. A questão relevante aqui é a razão para a legalização da propriedade dos pobres. E a razão é a seguinte: quem produz a lei? Os políticos. Se os políticos tiverem os números sobre o setor informal da economia, se for possível mostrar que 70% ou 80% da população não têm títulos de propriedade que permitam o acesso ao crédito, e se esse quadro começar a ser mudado, torna-se politicamente popular levar adiante a mudança. Os políticos investem em votos, portanto, vai funcionar. Mas vocês no Brasil não têm as informações necessárias. A primeira coisa que vocês precisam fazer é descobrir como mudar as leis para legalizar a propriedade dos pobres e torná-la transacionável, para que possa ser capitalizada.

Qual a situação, hoje, no Peru?

O Peru aprendeu nos últimos 12 anos que o setor informal é importante. Nenhum partido político que queira vencer uma eleição pode se opor à legalização da propriedade. Esse movimento começou ainda no tempo de Alan Garcia e continuou com Fujimori. Infelizmente Fujimori acabou usando a legalização para seus próprios propósitos políticos, sustentando sua popularidade com a distribuição de títulos de propriedade, em muitos casos de forma indiscriminada. Não se cuidou da qualidade dos títulos, e muito da legalização da propriedade foi de má qualidade e os resultados ficaram aquém do desejado. Não há substitutos para a legalização e popularização da propriedade. Enquanto isso não ocorrer, as pessoas continuarão dizer que o capitalismo “não é para nós”.

Poderia precisar melhor a questão da qualidade da titulação da propriedade?

Muitas vezes as pessoas confundem as coisas, pensando que a simples distribuição de títulos de propriedade, por exemplo, sobre um pedaço de terra numa favela, esgota o problema. Vou dar um exemplo. Quando viajo, recebo no

aeroporto um tíquete correspondente à minha bagagem. Embora seja um título de propriedade, não posso usá-lo no mercado. Só posso usá-lo para liberar minha bagagem. Da mesma forma, não é suficiente titular as propriedades de uma favela. Os títulos de propriedade, como os canivetes suíços, podem ter uma ou várias lâminas, você pode ter um simples título, ou um bom título de propriedade, negociável no mercado.

Estamos legalizando a propriedade nas favelas e tolerando a invasão de propriedade pelos “sem-terra”. Não há uma contradição nisso?

Nos Estados Unidos ou na Europa é mais fácil vender uma casa por meios legais que por meios ilegais. Lá, uma casa pode ser vendida rapidamente porque o título de propriedade é seguro. Quando é mais barato obter uma casa por meios ilegais que legais, as pessoas serão sempre ilegais. Portanto, criar um sistema de direitos de propriedade significa também criar um sistema de entrada e saída que funcione. Uma invasão é muito custosa, inclusive para o invasor. Em primeiro lugar ele traz sua mulher e filhos, depois suborna a autoridade, se instala, bota a mobília debaixo da tenda, constrói a casa, depois faz as ruas e finalmente o governo nota que existem votos ali. Então, o governo traz a eletricidade, a água e os esgotos e esburaca as ruas e as casas para colocar os canos e a fiação. É o mundo de cabeça para baixo. Quando tudo é feito legalmente, primeiro vem o título de propriedade, depois a infraestrutura, as casas, a mobília e só então a mulher e os filhos. Por último, não no princípio. O resultado é um custo equivalente a um terço do ilegal. Portanto, quando se fala em criar um sistema legal, se está falando de um sistema que inclua a entrada e a saída na propriedade. Em qualquer país em que a entrada é muito cara sempre ocorrerão invasões. O que é preciso saber é o porquê das invasões; por que, sendo tão cara porque implica a violência, a luta pelo poder político, o risco de vida, por que ela ocorre, por que é utilizada como alternativa à compra a crédito? Alguma coisa está errada. ▼